



Ética e Moral, da Antiguidade a Contemporânea

Na Filosofia Antiga, por exemplo, duas grandes correntes vão se apresentar através das mesmas características discutidas sobre o conhecimento Absoluto dos filósofos e pelo conhecimento Relativo dos Sofistas, lembre nossa aula número dois, é nela que estamos considerando as duas grandes correntes de pensamento da filosofia.

Na Ética Medieval percebemos ainda uma grande permanência de elementos do pensamento antigo. É uma ampla adaptação das formas de pensar e conceber os comportamentos, porém, baseados numa condição a priori. São eles baseados, portanto, numa escala de valores pré-determinadas, sempre de acordo com aqueles valores difundidos e valorizados pela Igreja. São atitudes e acima de tudo virtudes colocadas como exemplo a serem seguidos pelos indivíduos, como uma adaptação da maneira justa e equilibrada de se viver em sociedade. É desse modo que os valores religiosos foram condição para estabelecer a noção de bem e mal vinculados a fé e que dependiam do seu cumprimento para alcançar a vida após a morte.

Dentro dessa visão, os valores eram considerados transcendentais, pois eram oriundos de uma origem e representação divina, que determinava numa escala de valores as ações dos indivíduos. Não satisfeitos com essa condição do ser humano submisso e temente a Deus, a Modernidade inaugura uma nova forma de avaliar as pretensões éticas que encontram em Maquiavel um grande respaldo. A moral se torna laica, secular, distante dos mandamentos. Queria afirmar-se, acima de tudo, que ser moral e ser religioso poderia ser coisas distintas, sendo perfeitamente plausível que um ateu pudesse ser considerado um indivíduo moral, não concorda?

No entanto, foi o Iluminismo na Europa do séc. XVIII o grande responsável pelas novas correntes de pensamento éticos. Críticos da noção de heteronomia, os iluministas tecem 3 fundamentos para a vida moral: a primeira pautada na lei natural dos contratualistas e defensores de correntes políticas (aula 10); no interesse das ações que buscassem o prazer; e na razão, como a de Kant.

Dois grandes movimentos serão marcados a partir da concepção Kantiana de Ética. A ética deontológica baseada na razão e a ética dos consequencialistas.

Filósofo Alemão, Kant irá buscar na máxima do pensamento Iluminista seu fundamento para ação moral. Para ele a consciência moral deveria ser regida por instrumentos que deveriam preconizar o dever das ações, sem desvios, sem interferências. Para ele, as ações seriam regidas por Imperativos. Usados para delimitar nossas decisões, o imperativo da ética deveria ser o categórico, aquele que define segundo a razão nossas ações. Como por exemplo, para Kant não há sentido nas regras morais seguirmos comportamentos que busquem fins não em si mesmos.



Ele preconiza que não há sentido agir buscando a felicidade, ou evitar a dor, alcançar o céu, deve-se agir segundo ações regidas pela própria noção de dever e da razão. Isso se sintetiza pela ideia de que devemos agir sempre tendo como finalidade a ação, em todos os momentos e sob quaisquer circunstâncias. É o que melhor se aproxima de uma ética absoluta em todos os sentidos.

A norma sempre se toma como base a partir da própria razão. Exemplo do não roubar: segundo Kant, ao aceitar o roubo não há como preconizar a existência da propriedade já que todos podem roubar.

Isso difere totalmente das relações da ética consequencialista, que busca um esforço maior para caracterizar ou validar ações de acordo com as suas consequências. Também chamada de utilitarismo ela busca estabelecer que a validade ou não de determinadas normas devam estar conforme o maior número de pessoas favorecida por elas. Essa corrente de pensamento preconiza outras condições para avaliar os Valores Morais. Como valores aqui entende-se aqueles que são dignos de preferência, dentro de uma escala de valores. Assim o princípio de utilidade era o mais importante para verificar possíveis extensões de comportamentos ao meio. Essa corrente de pensamento foi importante no sentido de estabelecer critérios que pudessem fundamentar a validade ou não até mesmo do Estado Democrático de direito. Jeremy Bentham, um de seus principais representantes considerava importantes críticas ao Estado, quando este não cumpria com suas obrigações aos demais cidadãos.

De fato quando se estabelece princípios éticos, quais são os mais adequados? Diante disso permanecemos angustiados diante de certos impasses, que de um lado defendem as emoções, as vivências, e de outro a razão como instrumento de repressão. Diante disso, se coloca um desafio ainda maior de estabelecer a recuperação de uma razão mais crítica, que seja capaz de desenvolver um consenso, um diálogo, que possa pressupor uma condição de comprometimento com o meio social.

É na filosofia de Jurgen Habermas, filósofo alemão que recebeu influências da Escola de Frankfurt, que se busca um reaver da razão para fundamentar a discussão que envolva a moral a partir do séc. XX.

Essa ética denominada de discursiva ela é importante a medida que se fundamente numa ética discursiva, que fundamente o diálogo, a interação, que submeta a linguagem a uma autocrítica. Essa ética torna-se mais complexa de ser estabelecida, no entanto, é a partir dela e somente dela que a competência de número 5 do ENEM faz mais sentido. Ela precisa elucidar e preparar o indivíduo para que ele se coloque numa situação de interlocutor, se posicionando criticamente



diante das normas e crie mecanismos de normas criadas a partir de um consenso de sociedade. Isso implica podemos discursar e convencer e sermos convencidos da validade das normas, mas fundamentada no discurso lógico e racional. Portanto, a ética discursiva ainda é extremamente racional, mas pautada numa relação muito mais social, de cooperação, de sociabilidade do que simplesmente uma argumento da razão pela razão.

